

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DA RAPOSA/MA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS TERMO JUDICIÁRIO DE RAPOSA

TABELIÃO: GUSTAVO ANÍBAL MACEDO COELHO

ENDEREÇO: CONJ. DOM ALONSO, N° 03, SALAS 13 A 15, ARAÇAGY, RAPOSA/MA

EMAIL: CONTATO@CARTORIORAPOSA.COM - CNPJ: 11.494.715/0001-64

FONE/WHATSAPP: (098) 3016-9514

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA

1. VENDEDOR(A)(ES)

1.1 Pessoa Jurídica

Autorização para lavratura da escritura de compra e venda (constar dados do adquirente, do imóvel, preço pago e assinatura do representante da empresa);

Contrato Social e suas respectivas alterações (caso seja sociedade) - Devidamente registrado(s) na junta comercial; Instrumento público de procuração / substabelecimento(s);

RG e CPF dos sócios/representantes/procuradores, telefone e endereço eletrônico.

1.2 Pessoa Física

RG, CPF, profissão; Certidão de Casamento (se casado(a)) juntamente com os documentos e profissão do(a) cônjuge; Certidão de Nascimento (se solteiro(a)); Certidão de Casamento e de Óbito ou com averbação do Óbito (se viúvo(a)); comprovante de residência, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

2. COMPRADOR(A)(ES)

1.1 Pessoa Jurídica

Autorização para lavratura da escritura de compra e venda (constar dados do adquirente, do imóvel, preço pago e assinatura do representante da empresa);

Contrato Social e suas respectivas alterações (caso seja sociedade) - Devidamente registrado(s) na junta comercial; Instrumento público de procuração / substabelecimento(s);

RG e CPF dos sócios/representantes/procuradores, telefone e endereço eletrônico.

1.2 Pessoa Física

RG, CPF, profissão; Certidão de Casamento (se casado(a)) juntamente com os documentos e profissão do(a) cônjuge; Certidão de Nascimento (se solteiro(a)); Certidão de Casamento e de Óbito ou com averbação do Óbito (se viúvo(a)); comprovante de residência, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

IMÓVEL

Certidão de Registro de Inteiro Teor

Certidão negativa de ônus (ou situação jurídica do imóvel)

Certidão negativa reipersecutória (ou situação jurídica do imóvel)

Obs: Todas com menos de **30 dias**.

- Boleto do ITBI (DAM), comprovante de pagamento e a Certidão de quitação do ITBI.
- Certidão Negativa de Débitos Municipais IPTU (deve ser extraída no Município do local do imóvel).

CERTIDÕES FISCAIS EM NOME DO(A)(S) VENDEDOR(A)(ES)

- A primeiro momento não é necessário a apresentação das certidões fiscais abaixo mencionadas, pois o próprio Cartório realiza a consulta e extração das mesmas-. Caso necessário o Cartório irá solicitar que o cliente apresente.
- **Certidão Negativa de Débito do INSS** (pode ser extraída no endereço http://cnd.dataprev.gov.br/cws/contexto/cnd/cnd.html se negativa);
- **Certidão Negativa de Tributos Federais** (pode ser extraída no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br se negativa);
- Certidão da Justiça do Trabalho (pode ser extraída no endereço http://www.tst.jus.br/certidao se negativa);
- Certidão da Justiça Federal da 1º Região-seccional do Maranhão (extraída no endereço www.trf1.jus.br se negativa);
- **Certidão da Justiça Estadual** (deve ser retirada no Fórum do local do imóvel e também do domicílio do(a)(s) Vendedor(a)(es);

- Certidão de Tributos Estaduais (pode ser extraída no endereço http://sistemas.sefaz.ma.gov.br se negativa).
- O Ofício n° 442012 CIRC-GCGJ exige a certidão de tributos federais. Se positiva sem efeito de negativa impede a lavratura da escritura bem como do registro em face da presunção de fraude, nos termos do art.185 do Código Tributário Nacional.
- A Recomendação nº 03/2012 CNJ determina a obrigatoriedade das CNDT.
- A escritura referente a imóvel rural requer o CCIR, ITR dos últimos 05 anos, certidão do IBAMA e averbação da reserva legal. Caso o comprador seja estrangeiro deve ter autorização do INCRA e CGJ.
- Provimento n° 61 de 17/10/2017, do CNJ, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos **serviços extrajudiciais** em todo o território nacional.